

Universidade Federal de Santa Maria

**PRÁTICAS ENVOLVENDO ALUNO COM DÉFICIT COGNITIVO.
Autor: Eny Nakano Almada Andrade**

**Ji-Paraná, RO, Brasil
2010-03-24**

PRÁTICAS ENVOLVENDO ALUNO COM DÉFICIT COGNITIVO
POR: Eny Nakano Almada Andrade.

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial- Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

Práticas Pedagógicas envolvendo aluno com déficit cognitivo
Elaborado por

Eny Nakano Almada Andrade

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: **Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Sabrina Castro
Orientadora

Professor Edilson de Souza
Examinador 1

Professora Denise Medina Fidler
Examonador 2

Ji-Paraná, RO. Brasil
2010

Dedico esse trabalho aos meus colegas de curso. Aos meus pais que carinhosamente e pacientemente me incentivaram a trilhar este caminho que tem mais uma etapa concluída com este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela paz, pela saúde.

A minha tutora de curso, pelo incentivo, compreensão e paciência. Aos meus pais, pelo apoio e incentivo no decorrer deste curso.

Aos meus professores, que me ajudaram no aperfeiçoamento e amadurecimento profissional.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

Aos colegas, agradecimento especial pelos momentos inesquecíveis de convivência, amizade e companheirismo no decorrer deste curso. Com certeza, sentirei saudade.

A Instituição que me proporcionou um ensino de qualidade.

“É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a Unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno.”

(Morin, p. 55)

RESUMO

Vivendo sob o paradigma da inclusão, torna-se necessário repensar as práticas inclusivas de modo a atender os direitos e deveres do educando. Partindo deste pressuposto que surge a necessidade da busca de maiores conhecimentos, para desenvolver um trabalho de qualidade. Todavia é de suma importância proporcionar ao aluno um ambiente estimulador, livre de segregação, que não reforce suas dificuldades, e sim que estimule suas potencialidades e desafie as novas habilidades, estimulando a atenção e a concentração por meio de assuntos ligados ao seu contexto social. Portanto este estudo foi realizado com base em observações de uma aluna portadora de microcefalia, alteração significativa das funções neurológicas, motora e intelectual. Tendo como objetivo desenvolver a autonomia e torná-la capaz de ser um sujeito ativo em suas relações. Porém a insuficiente capacitação e preparação para trabalhar alunos com necessidades especiais é talvez o maior entrave ao processo de inclusão. Este é um problema presente em todos os sistemas, e não há dúvida de que sem um programa de capacitação contínuo, permanente e eficaz que permita aos professores rever suas práticas pedagógicas, nenhuma política se concretizará no cotidiano escolar. A inclusão traz a voga à questão de que nós, professores não estamos prontos, formados, nos faz enxergar que sempre temos algo a aprender e que essa aprendizagem é diária e tem que fazer parte do nosso cotidiano

Palavras-chave: inclusão, práticas inclusivas, autonomia.

ABSTRACT

Living under the paradigm of inclusion, it becomes necessary to rethink the inclusive practices to meet the rights and duties of the student. Under this assumption arises the need to search for further knowledge, to develop a quality work. However it is extremely important to provide students with a stimulating environment, free of segregation, which does not reinforce their difficulties, but its potential to stimulate and challenge the new skills, stimulating attention and concentration through issues related to their social context. Therefore, this study was based on observations of a student suffering from microcephaly, significant change in neurological function, motor and intellectual. Aiming to develop the autonomy and make it able to be an active subject in their relationships. But the inadequate training and preparation for working students with special needs is perhaps the greatest obstacle to the process of inclusion. This is a problem present in all systems, and there is no doubt that without a training program for continuous, permanent and effective that lets teachers review their teaching practices, no policy will materialize in the classroom. The addition brings the vogue of the question that we as teachers are not ready, trained, makes us see that we always have something to learn and that learning is a daily must be part of our daily.

Keywords: inclusion, inclusive practice and autonomy.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO-----	6
INTRODUÇÃO-----	7
METODOLOGIA-----	10
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES-----	11
REFERENCIAL TEÓRICO-----	12
MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM-----	14
RELATO-----	15
SUPERANDO DESAFIOS-----	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

APRESENTAÇÃO

Desde o ano de 1990, exerço a função de professora nas séries iniciais, a partir de então durante os últimos quatro anos consecutivos tive a oportunidade de trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, confesso que a primeira vez que recebi um aluno portador de deficiência intelectual fiquei apreensiva porque não tinha capacitação nesta área, apesar dos desafios, convém destacar que tenho aprendido muito com eles, uma das aprendizagens é que somos todos diferentes e cada um tem um tempo certo para aprender, essa forma diferente de ser e agir é que os tornam seres únicos, singular. Devem ser olhadas não como defeito, incompletude ou incapacidade, mas como pessoas com possibilidades e dificuldades que podem ser superadas ou minimizadas. Trabalhar com crianças que apresentam dificuldades acentuadas no processo de desenvolvimento e aprendizagem é um grande desafio, com o qual podemos aprender e crescer como pessoas e profissionais, buscando compreender e ajudar o outro.

Os alunos com necessidades educacionais especiais podem apresentar alterações significativas no processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social. Possuem variadas potencialidades, possibilidades funcionais e necessidades concretas que necessitam ser compreendidas e consideradas.

O que motivou a minha busca, foi quando recebi em minha sala um aluno com necessidades educacionais especiais, foi então que procurei respostas para algumas perguntas, confesso que este aluno foi um desafio, o mesmo apresentava um comportamento agressivo, acredito por ser um dos primeiros anos de experiência escolar dele. Assim, foi me conquistando e apesar das dificuldades fui sentindo necessidade de prosseguir na busca de maiores conhecimentos.

Atualmente estou trabalhando com uma turma de 3º ano, onde tenho uma aluna com microcefalia, aluna participante desta pesquisa, ela apresenta dificuldade motora, ainda não está alfabetizada estamos desenvolvendo um trabalho para reconhecimento e escrita de seu nome, cores primárias, contagem, procuro na medida do possível fazer algumas adaptações para que a mesma possa de fato estar inserida no processo educacional, a mesma possui bom desenvolvimento na oralidade, possui comunicação utilizando termos que os outros considerados normais ainda não usam. Foi nesta linha de pensamento fui motivada para desenvolver essa pesquisa.

INTRODUÇÃO

A atenção as pessoas com necessidades educacionais especiais foi se modificando de maneira significativa no decorrer da história da sociedade brasileira. Para cada período histórico, conseqüentemente para cada necessidade gerada pelo homem em relação à educação especial identificamos um paradigma e a forma como é definido o atendimento às necessidades especiais. (BRASIL, 2004).

São três os paradigmas: paradigma de institucionalização (segregação); paradigma de serviços (integração); paradigma de suporte (inclusão). As principais informações sobre as pessoas com deficiência no Brasil são da época do império. Nesse período, adotavam-se teorias e modelos utilizados na Europa, as pessoas com necessidades especiais eram confinadas em asilos, conventos e hospitais psiquiátricos, que muitas vezes pareciam prisões.

Essas instituições foram denominadas de instituições totais. Eram espaços de moradia e trabalho para instrução de pessoas cegas e surdas, que eram excluídas de seus ambientes familiares durante um longo período de tempo.

O paradigma de institucionalização (segregação) durou até a metade da década de 50 do século XX. Nesse momento, o mundo ocidental vivia grandes transformações com relação aos movimentos sociais. Na década de 60, como conseqüência das grandes guerras mundiais, surgiu um movimento mundial em defesa dos direitos das minorias. Duras críticas foram feitas à institucionalização de pessoas com doença mental e outras deficiências.

Deu-se início, então, nesse formato de atendimento à implantação de serviços de habilitação profissional, com o objetivo de preparar o indivíduo para a integração ou reintegração na vida da comunidade.

Entre os anos 60 e 70, muitos países tendo como princípio norteador a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passam a buscar um novo modelo para atender as pessoas com necessidades especiais. Segundo o princípio da normalização, as pessoas diferentes poderiam ser normalizadas, ou seja, habilitadas a viver em espaços de sociedade.

Com o fracasso do paradigma tradicional de institucionalização, que buscava a restauração do funcionamento normal do indivíduo no contexto das relações interpessoais, para integrá-lo na sociedade na produtividade do trabalho e do

estudo, começou-se no mundo ocidental o movimento contra a desinstitucionalização.

Esse movimento era fundamentado na ideologia da normalização que defendia a necessidade de inserir a pessoa com necessidades especiais na sociedade, buscando ajudá-lo a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, no nível mais próximo possível do normal.

Nesse contexto, surge o paradigma de serviços (integração), uma concepção modelo, que foi marcada pela luta da não segregação total por parte dos pais e familiares das pessoas com necessidades especiais. Dessa maneira, passou-se a buscar a integração das pessoas com deficiência, depois de capacitadas, habilitadas ou reabilitadas. Esse paradigma caracterizou-se pela oferta de serviços organizada em três etapas: avaliação, intervenção e encaminhamento ou reencaminhamento (BRASIL 2000).

Foi por meio desse paradigma que se concretizou a manifestação educacional, nas escolas especiais, tanto nas entidades assistenciais como nos centros de reabilitação. Grande crítica sofreu esse paradigma, ao enfatizar que as pessoas com deficiência deviam se assemelhar às pessoas não deficientes, “como se fosse possível o homem o’ser igual’, e como se ser diferente fosse razão para decretar seu menor valor enquanto ser humano e ser social” (BRASIL, 200, P. 17).

Foi por meio dessas críticas que a idéia de normalização perdeu sua força. A pessoa com necessidades especiais é um cidadão como qualquer outro com os mesmos direitos, independentemente do tipo de deficiência.

O paradigma de suporte (inclusão) nasce fundamentado na idéia de que as pessoas com necessidades especiais carecem de serviço de avaliação e capacitação que devem ser ofertados dentro da própria comunidade da pessoa com necessidades especiais.

O paradigma de suporte surge com os avanços da medicina a partir da década de 80. O mundo volta a experimentar novas transformações. Há mudanças tecnológicas e o reconhecimento das diversidades humanas. Surge a idéia de construir ambientes sociais inclusivos, espaços sociais organizados para atender as necessidades de todos os cidadãos, inclusive pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.

O paradigma de suporte agrega a idéia da diversidade ao fator de melhoria social e o respeito de todas as necessidades de todos os cidadãos como eixo fundamental de uma nova prática social. Assim, teve como objetivo garantir o ingresso imediato, independentemente da necessidade educacional especial, do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentem (BRASIL, 2004, p. 13).

Têm sido grandes as disposições de reconhecer igualmente o direito de cada um, por isso, vem se procurando as melhores oportunidades educacionais e profissionais e maior disponibilidade e condições necessárias para aceitar o que é adverso e sensível a qual todos os indivíduos podem aprender e fazer parte da sociedade exercendo seu papel de cidadão.

A Declaração Universal dos Direitos do homem e do cidadão, sancionada pela ONU, em 1948, trouxe novos valores para serem refletidos e avaliados pela humanidade, pois coloca o trabalho como direito humano fundamental: “todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Esta declaração universal revolucionou o Direito Constitucional, reafirmando-o a partir de princípios que humanizam o direito, dirigido às pessoas, para sua dignidade.

Nesse contexto se encontra incluído a pessoa com deficiência, que faz parte da Justiça Universal.

No Brasil, a constituição de 1988 é a primeira Carta Constitucional que enfatiza, especialmente, a tutela da pessoa com deficiência mental.

O artigo 1º elege como valores fundantes da república a dignidade da pessoa humana, a cidadania, bem como o valor social do trabalho e da livre iniciativa.

O artigo 37º, inciso VIII, determina que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão”.

Na esfera privada, também se instituiu a obrigatoriedade de reserva de postos a pessoas com deficiências. Estas propostas se concretizam na medida em que este grupo reivindica seus direitos, e dentre eles o direito ao trabalho.

O presente trabalho está vinculado à experiência vivenciada e observada na formação da pessoa com deficiência Intelectual numa escola da rede Pública em Ji-Paraná Rondônia. A escolha deste tema surge na tentativa de entender e melhorar a

prática pedagógica do profissional da educação no processo de formação da Pessoa com Deficiência Intelectual. Evidencia a importância da inserção das crianças com deficiência Intelectual no mundo letrado oportunizando o conhecimento acerca das possibilidades que a escola favorece.

Conclui que apenas através da educação e do trabalho o indivíduo consegue desenvolver sua cidadania plena, assim participando ativamente das transformações da sociedade.

1.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL: LEGISLAÇÃO VIGENTE

Conforme define a atual LDB Nº 9.394/96, educação especial é uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação de pessoas com necessidades educacionais especiais. O projeto, a organização e a prática pedagógica das instituições de ensino devem respeitar a diversidade dos alunos, como elemento principal, integrante e distinto do sistema educacional, e oferecer diferenciações nos atos pedagógicos que contemplam as necessidades educacionais de todos os alunos.

Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados não podem se desenvolver isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar as suas finalidades gerais. Na LDB, são analisados dispositivos referente à educação especial que apontam uma ação mais ligada ao sistema e aos programas de ensino regular.

A LDB n. 9.394/96 reserva um capítulo exclusivo à educação especial e reafirma o direito a educação pública e gratuita das pessoas com deficiência, com condutas típicas e com altas habilidades. Nas leis n. 4.024/61 e n.5.692/71, não se davam muita importância a essa modalidade educacional.

A presença da educação especial na LDB n. 9.394/96 certamente reflete um crescimento da área em relação à educação geral no sistema de ensino.

As dificuldades de aprendizagem das crianças com deficiência mental eram tratadas pelos professores como frutos da própria deficiência, não havia uma maior investigação da metodologia educacional utilizada. Atualmente os professores estão sendo preparados para que atendam todos de forma igualitária, promovendo um

ensino de qualidade, onde todos tenham atendimento específico necessário para o seu desenvolvimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade que pensa que a educação inclusiva somente em relação à criança com necessidades especiais engana-se ao achar que todas as crianças façam parte efetivamente do processo pedagógico. Nota-se que mesmo com a apresentação e articulação das políticas inclusivas, há ainda no Brasil uma taxa de analfabetismo espantosa, evasão nos que não aprendem no mesmo ritmo e da mesma forma que os outros.

O surgimento do conceito de inclusão, segundo Sasaki (2002, p. 16), é recente devido à adoção da filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais existentes. Sasaki (2002, p. 27) afirma que

É imprescindível dominarmos bem os conceitos exclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todos as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial ou qualquer outro atributo social.

Portanto, a partir de alguns pontos de vista, a educação inclusiva pode ser considerada como

- Capacidade das escolas de atender a todas as crianças, sem qualquer tipo de exclusão. Ou seja, inclusão significa criar escolas que acolham todos os alunos independentemente de suas condições pessoais, sociais e culturais. Escolas que valorizem as diferenças dos alunos como oportunidade para o desenvolvimento dos estudantes assim como dos professores, em lugar de considerá-los um problema a resolver. (BRASIL, 2005, p. 35)
- Provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílio e apoio, em classes adequadas a idade, em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade. (SASSAKI, 2002, p. 122)
- Construção de uma escola aberta para todos, que respeita e valoriza a diversidade, desenvolve práticas colaborativas, forma leis de apoio a inclusão e promove a participação da comunidade. (BRASIL, 2004, P. 1)

A fundamentação de uma sociedade inclusiva esta pautada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica essencial a constituição de qualquer sociedade. Por meio desse principio ético, apresenta-se a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada pessoa e /ou grupo social.

A italiana Maria Montessori (1870-1952) foi uma das pioneiras da educação pré-escolar e da Escola Nova. Personagem obrigatória de qualquer antologia de grandes pedagogos, ela desenvolveu sua “pedagogia científica” baseada principalmente na transposição de métodos desenvolvidos no trabalho com crianças “anormais”. Influenciada por Rousseau e pelo desejo de adequar à educação as possibilidades das crianças, Montessori inaugurou em 1907, em Roma, a famosa *Casa dei Bambini*, onde experimentou inúmeras inovações. Foi com ela que surgiram novidades tão básicas como mesas e cadeiras menores para salas de Educação Infantil e a utilização de brinquedos educativos.

Ainda que suas posições fossem avançadíssimas para sua época algumas das concepções de Montessori foram criticadas por educadores que apontavam o risco de promover um trabalho excessivamente diretivo e isolado do contexto cultural das crianças. Centros de educação inspirados em Montessori possuem ambientes bem organizados, com inúmeras opções de atividades para crianças.

Essa nova concepção da deficiência mental implica em transformações importantes no plano de serviços e chama a atenção para as habilidades adaptativas, considerando-as como um ajustamento entre as capacidades dos indivíduos e as estruturas e expectativas do meio em que vivem, aprendem, trabalham e se aprazem. Para Mantoan:

Diante desses avanços conceituais, os princípios que orientaram a educação das pessoas com deficiência passaram a evidenciar os processos interativos que permeiam as relações entre idade cronológica e objeto de aprendizagem, habilidades intelectuais alternativas e valorização dos papéis sociais representados pelas pessoas com deficiência mental. (2000, p. 139).

Diante do crescimento que o movimento inclusivo se espalha pelo mundo, palavras e conceituações mais apropriadas à atual visibilidade de valorização dos seres humanos estão sendo incorporadas ao discurso dos ativistas de direitos, no que se refere dos campos da deficiência e da saúde mental.

Deficiência mental é diferente de doença mental. Na verdade, as doenças mentais atingem o comportamento das pessoas e chegam a comprometer outras áreas cerebrais, mas não a da inteligência, e sim a do poder de concentração, de discriminação da realidade e do humor. Garcia (1998, p. 15) afirma que,

Sendo a deficiência uma limitação funcional considerada abaixo da média, geralmente a pessoa com esse transtorno, algumas características

apresenta que precisam ser observadas pela família e também pela escola, como, por exemplo, atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, que significa a demora da criança em firmar a cabeça, sentar, andar e falar. Dificuldade no aprendizado de uma ou mais áreas de conhecimento. Dificuldade na compreensão de normas e ordens, resultando na dificuldade do aprendizado escolar.

Segundo o autor, a pessoa com deficiência mental, como é o caso de muitos alunos que se encontram nas escolas de perspectiva inclusiva, mantém a percepção de si e da realidade que a cerca e é capaz de tomar decisões importantes sobre sua vida. Já a pessoa que apresenta doença mental tem seu discernimento, ou capacidade de avaliar a realidade, comprometidos e suas atividades mentais acabam encontrando-se limitadas, não em função de um déficit cognitivo, mas sim devido à distorção da realidade.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado com base em observações da aluna portadora de microcefalia, alteração significativa das funções neurológica, motora e intelectual.

A microcefalia é caracterizada quando o diâmetro cefálico está 2 ou mais desvio padrões abaixo da média. Entretanto, podem-se encontrar cérebros dentro desses padrões exibindo um QI normal. A microcefalia decorre de uma produção baixa de neurônios durante a embriogênese, que pode ou não estar associada a alterações de estruturais.

As causas da microcefalia podem ser: genética ou insultos por infecção, toxicidade, problemas circulatórios, drogas, etc., que ocorrem durante a gestação ou mesmo precocemente na vida pós-natal. Em geral está associada a outras anormalidades cerebrais.

A aluna está incluída em uma turma constituída por vinte e cinco alunos com idades que variam entre 7 e 9 anos. A pesquisa compreende um período de um ano, realizada em uma escola municipal na cidade de Ji-Paraná, a escola apresenta uma filosofia de inclusão social, dentro das possíveis condições físicas e pedagógicas. A instituição em estudo é uma escola pertencente à rede pública municipal de ensino e recebe alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Oferece educação infantil e ensino fundamental de 1º ao 5º ano e EJA no horário noturno. Sua clientela é composta de classe média baixa. No que se refere ao quadro de funcionários, a instituição apresenta, além da diretora e vice-diretora, a orientadora e também supervisora, vários educadores e uma equipe de apoio composta por merendeiras, auxiliares de cozinha, assistente de serviços gerais e vigias.

A metodologia utilizada é estudo de caso, com a aluna com NEE– déficit cognitivo. A aluna investigada tem 9 anos e está no 3º ano. Foram analisadas as formas de interação, compreensão e realização das atividades. O objetivo das observações foi investigar enquanto a aluna realizava as atividades, suas atitudes, comportamentos e reações frente aos desafios, pois apresenta dificuldades motoras, não consegue acompanhar a turma, porque não entende o conteúdo que está sendo desenvolvido.

Suas atividades são diferenciadas. Dentre as atividades que a aluna investigada realizou, é importante destacar que apresentou bom desempenho

reconhecimento da primeira letra do seu nome, cores primárias, quantidade 1, 2, reconhecimento de peças de vestuário, nomes de animais.

Descrição das atividades

As atividades para reconhecimento da primeira letra do seu nome foram realizadas através de fichas com vários nomes de alunos da sala, onde a mesma deveria reconhecer pela letra inicial do seu nome. Para reconhecimento de cores foram realizadas atividades de jogos onde deveria agrupar cores semelhantes as cores sugeridas, pelo joguinho. O mesmo aconteceu com peças de vestuário, nomes e figuras de animais.

Exemplo de uma atividade realizada com a aluna:

As cores a serem introduzidas são verde, amarelo e vermelho. No primeiro instante será feita a associação das cores com outros objetos que o aluno conhece, por exemplo, vermelho a cor do batom, amarelo a cor do sol, verde cor da árvore. Sempre fazendo comparações, a partir do momento que o aluno consegue comparar e associar as cores, ele será envolvido em atividades onde deverá reconhecer o verde, vermelho e amarelo, pode-se fazer questionamentos tipo quando o mesmo for pegar o lápis para realizar uma pintura.

Outra atividade onde o aluno tem oportunidade de comparar e associar as cores é através de jogos, um exemplo é o jogo "a trilha". O jogo se desenvolverá assim: com um dado contendo cores em cada lado, a cada jogada quando o dado cai pergunta qual a cor que está no lado caído para cima, então a criança terá que pegar um dos cubinhos deixados em um montinho do lado associando a cor do dado e colocando sobre a figura correspondente, havendo acerto avançará uma casa na trilha.



MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM

No campo da Psicologia e Educação muitos estudos são desenvolvidos a fim de se compreender as variáveis motivacionais do comportamento humano. A aprendizagem acontece por um processo cognitivo imbuído de afetividade, relação e motivação. Assim, para aprender é imprescindível “poder” fazê-lo, o que faz referência às capacidades, aos conhecimentos, às estratégias e às destrezas necessárias, para isso é necessário “querer” fazê-lo, ter a disposição, a intenção e a motivação suficiente.

A motivação é, portanto, o processo que mobiliza o organismo para a ação, a partir de uma relação estabelecida entre o ambiente, a necessidade e o objeto de satisfação. Isso significa que, na base da motivação, está sempre um organismo que apresenta uma necessidade, um desejo, uma intenção, um interesse, uma vontade ou uma predisposição para agir. A motivação está também incluído o ambiente que estimula o organismo e que oferece o objeto de satisfação. E, por fim, na motivação está incluído o objeto que aparece como a possibilidade de satisfação da necessidade. (BOCK, 1999, p. 121)

Todavia, o que interessa nesse contexto é perceber as contribuições no âmbito educacional e as conseqüências do fator motivação, no desenvolvimento das estruturas cognitivas do sujeito.

RELATO

Laudo da aluna K / microcefalia com atraso psicomotor

Cortes Tomográficos axiais com 5,0 mm de espessura, T= 3,0, Gantry sem angulação, foram realizados sem a administração endovenosa do meio de contraste, iniciando-se os cortes nos planos paralelos a linha órbito-meata e subindo em direção ao vertex craniano:

- Presença de encefalocele parietal posterior;
- Craniostomia parietal direta, com válvula de drenagem posicionada no encéfalo;
- Cavidades ventriculares dentro dos limites da normalidade;
- Ausência de micro-calcificações focais patológicas;
- Tronco cerebral, cerebelo e demais estruturas infra-tentoriais identificadas anatômicas;
- Não há efeito de massa nas estruturas nas estruturas encefálicas, nem desvios patológicos da linha média;
- Nenhuma outra alteração significativa para registro.

Comentários: os achados tomográficos descritos revelam encefalocele parietal posterior.

Válvula de drenagem posicionada no encéfalo.

SUPERANDO OS DESAFIOS:

Esta é a história de K, uma criança alegre, relaciona-se muito bem com os colegas e com a professora, participa e colabora com as atividades realizadas em grupo. Organiza seus pertences na mochila escolar corretamente.

Gosta de conversar e brincar com os colegas e com a professora e funcionários da escola, é querida e prestativa com todos. Muitas oportunidades de

estreitar laços de amizade e cooperação foram realizadas neste período e várias atividades em grupo, fazendo assim com que exercite suas capacidades de socialização.

Demonstra interesse nas atividades de pintura, pinta os desenhos obedecendo aos limites. Mas nem sempre conclui o que está sendo proposto, na maioria das vezes quer fazer o que os outros estão fazendo, cópia do quadro em seu caderno, está sempre a fazer garatujas.

Necessita do acompanhamento individual da professora e do apoio do material concreto para melhor compreender e ordenar quantidades um, dois. Ainda não identifica os numerais pedidos nem suas respectivas quantidades.

Nos momentos da “roda de conversa”, ainda precisa da intervenção constante, no sentido de despertar sua atenção e concentração para os comentários dos colegas e professora. E também para que reconheça os procedimentos para participar de uma conversa, como esperar a sua vez para falar. Quanto ao desenvolvimento do processo de aquisição da leitura e da escrita, encontra-se num momento de reconhecimento da primeira letra do seu nome.

Em uma das atividades, que estava sendo realizada em grupo, observei que a K, participou atentamente, demonstrando cooperação empenho, num dos momentos pediu para colega do grupo desenhar um elefante, fiquei analisando, todo tempo em que ela esteve ali no grupo todos a tratavam com carinho, sem nenhum tipo de preconceito houve um momento que achei interessante porque como seus colegas vêem que estou trabalhando com cores, de longe fiquei observando quando duas delas pegaram os lápis e ficaram fazendo perguntas assim, K, onde está o lápis verde? Em seguida ela pegava o lápis que era solicitado, caso ela não conseguisse reconhecer a cor solicitada, elas orientavam mostrando o lápis daquela cor.

Tem também a professora especializada que realiza atendimentos individuais na sala de recurso. E as adaptações correspondentes, possibilitando um melhor nível funcional da criança em todas as atividades escolares. Com relação ao pedagógico observo que a K, até o momento demonstra pouco avanço, mais com respeito a comunicação algumas vezes surpreendo com palavras que tem utilizado, outro dia fiquei impressionada quando disse assim para um dos colegas : __ Você fica me agredindo, “agredindo” foi um termo forte, não que o colega estivesse agredindo fisicamente, mais realmente o colega questionava sobre algo que ela

tinha feito, como soube utilizar naquele momento e na situação adequada? Porque sabia o significado.

Devido aos graves comprometimentos causados pela microcefalia, ela não pode ficar exposta a qualquer possibilidade de batida na cabeça, por isso, não pode ficar no meio das outras crianças durante o recreio, para evitar qualquer tipo de acidente.

Num dia desses, todos estavam sentados fazendo uma atividade e só ela de pé na sala andando, então questionei: __ K, vai sentar você não é diferente dos outros, todos estão sentados resolvendo a tarefa, porque só você em pé andando? Foi então que respondeu na lata e com certo tom de ironia, eu sou sim diferente, neste momento a única reação minha foi ignorar porque fiquei sem saber o que fazer. Foi a partir daí que fiquei refletindo, será que estou tendo alguma postura errada com relação a ela, que demonstra ser diferente, será porque tenho que mantê-la sempre perto de mim quando saio da sala, isto faz pensar que é diferente e por isso falou assim! Fiquei a me questionar, pois faço de tudo para que não sinta melhor ou inferior do que os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, pode-se dizer que as pessoas que apresentam os transtornos aqui mencionados têm suas funções intelectuais, em um ou outro aspecto, comprometidos. Essas pessoas podem também ter dificuldade em desenvolvimento escolar e no seu comportamento. Essas dificuldades estão relacionadas à adequação ao contexto a que pertencem, às esferas da comunicação ao cuidado consigo mesmas, aos talentos sociais, à interação familiar, à saúde, à segurança, ao desempenho acadêmico, ao lazer e ao campo profissional.

O discurso é bonito. A legislação garante vaga no mundo do trabalho para pessoas com deficiência Intelectual , mas a situação real deixa a desejar.

Poucas são as empresas que atuam de forma consciente do seu papel de responsabilidade social. Entretanto, este processo não se reveste de facilidades, pois nos deparamos com uma sociedade que num movimento contrário, nem sempre aparente, tenta por todos os meios excluir o “diferente” de seu seio.

Por outro lado, os sanções e multas que recaem sobre estas empresas que não se adequam à legislação a cada dia mais incisiva. Assim é um conforto saber que a pessoa com deficiência Intelectual tem seu espaço reservado no mercado de trabalho.

Nesse sentido, torna-se claro o que tentamos, como profissionais da educação, esconder que o mundo é muito mais do que aquilo que nos interessa conhecer. O fato de alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem não despertarem nosso interesse não faz com que deixe de existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial**, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Educação Inclusiva: direito a diversidade.** Fundamentação filosófica. Brasília: 2004

BOCK, Ana M. Bahia (org). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Educar na diversidade.** Modulo: o enfoque da educação inclusiva Brasília: 2005.

_____. **Resolução CNE / CEB 2/ 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

GARCIA, Jesus Nicásio. **Manual de dificuldades de aprendizagem:** linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memo, SENAC, 1995

_____. Ministério de Educação. Secretaria da Educação Especial. **Educar na Adversidade.** Modulo 2: o enfoque da educação inclusiva.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: Editora WVA, 2002.